

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Em sua prova, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

1 O poder político é dividido entre órgãos independentes e autônomos, aos quais são atribuídas funções típicas. Ao Poder Legislativo é conferida a função de elaborar a lei; ao Poder Executivo, a função de administrar a aplicação da lei; e, ao Poder Judiciário, a função de dirimir os conflitos legais surgidos entre pessoas ou entre estas e o Estado.

4

7 Esquece-se, no entanto, que o Poder Legislativo possui outras funções típicas, das quais o poder financeiro e o controle político são exemplos.

10 A função de poder financeiro nasceu em 1215 com a inserção do princípio do *no taxation without representation* (em tradução livre, tributação só com representação) na Carta Magna da Inglaterra. Esse princípio vinculava a cobrança de tributos à existência de uma lei elaborada por representantes do povo. Foi a partir daí que apareceu a função legislativa — esta mais conhecida que aquela. Mais tarde, a função de poder financeiro ganhou outra conotação: a de controlar o uso e a destinação do dinheiro público pelo detentor do Poder Executivo. Assim, passou a existir a função de controle financeiro dos atos praticados pelo governo, isto é, passou o Poder Legislativo a controlar os gastos do Poder Executivo mediante a fiscalização da matéria orçamentária. É o caso, por exemplo, da elaboração, pelo Poder Legislativo, da lei orçamentária que aprova o orçamento a ser utilizado pelo chefe do Poder Executivo para implantar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do país.

Tatiana Penharrubia Fagundes. **O controle das contas municipais**. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto **O controle das contas municipais**, julgue os itens que se seguem.

- 1 A fiscalização da matéria orçamentária pelo Poder Legislativo teve início em 1215, com a Carta Magna da Inglaterra.
- 2 As vírgulas empregadas logo após os nomes “Executivo” (ℓ.4) e “Judiciário” (ℓ.5) indicam a elisão da forma verbal composta que as precede no texto.
- 3 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se substituísse “Esquece-se, (...), que” (ℓ.7) por **Esquece-se, (...), de que**.
- 4 O texto permaneceria gramaticalmente correto caso o trecho “vinculava a cobrança de tributos à existência de uma lei” (ℓ. 13 e 14) fosse reescrito da seguinte forma: vinculava à cobrança de tributos a existência de uma lei.
- 5 A despeito de atribuir ao Poder Legislativo as funções legislativa e de controle financeiro, o texto é taxativo quanto à primazia daquela em relação a esta.

Com referência a aspectos gerais da redação oficial e à adequação da linguagem ao tipo de documento, julgue os itens seguintes de acordo com as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 6 O uso da forma de tratamento **Vossa Excelência** é adequado em documento dirigido a um ministro do Tribunal de Contas da União ou a um conselheiro de tribunal de contas estadual.
- 7 As comunicações oficiais são remetidas em nome do serviço público ou do próprio público, representado pelo conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea.

Acerca da jurisdição, da organização e das competências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) como órgão de controle parlamentar indireto, julgue os itens a seguir.

- 8 O TCE/RN, com o objetivo de evitar que o custo da cobrança de débito outrora constituído seja superior ao valor a ser adimplido, poderá determinar, imediatamente, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, cujo pagamento o devedor continuará obrigado a quitar.
- 9 O TCE/RN é competente para julgar as contas das unidades integrantes dos poderes públicos estadual e municipal e das entidades do terceiro setor, formalmente legitimadas para prestar serviços públicos à sociedade.
- 10 Conforme disposição da lei orgânica do TCE/RN, considera-se prescrita toda ação punitiva deste tribunal referente às infrações ocorridas há mais de dez anos, contados a partir de 5 de janeiro de 2012, data da entrada em vigor da lei orgânica.
- 11 O presidente do TCE/RN é eleito, dentre os seus membros, para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo, o que não afeta o sistema de rodízio, de livre escolha, contudo, o rodízio não alcança o Conselheiro que foi empossado por ter obtido, no escrutínio, a maioria de dois terços dos votos dos membros do tribunal.
- 12 Um consulente investido de competência, objetivando excepcionar-se de ser alcançado pela aplicação de normativo que trate de matéria abrangida pelo controle externo, pode contestar, mediante prestação jurisdicional, a decisão do TCE/RN em sede de processo de consulta.

A respeito de entidades fiscalizadoras superiores (EFS) e da Declaração de Lima, julgue os próximos itens.

- 13 Na execução do escopo de uma auditoria do setor público, as normas aplicáveis são determinadas no momento em que o auditor define o objeto da auditoria que será realizada, diferentemente dos princípios fundamentais aplicáveis, que independem do contexto da auditoria.
- 14 O principal objetivo da Declaração de Lima é o de exigir uma auditoria governamental independente.

Com relação à eficácia das decisões no controle externo dos tribunais de contas e às ações de controle desenvolvidas por órgãos de poder que visam à fiscalização, ao levantamento e à correção de atos, julgue os itens subsequentes.

- 15 O princípio da motivação, quando aplicado aos tribunais de contas, constitui-se em garantia ao jurisdicionado de que o tribunal aplicará adequadamente as normas na apreciação ou no julgamento dos processos judiciais ou daqueles que não envolvem função jurisdicional.
- 16 É defeso ao Poder Judiciário anular decisões exaradas pelos tribunais de contas em processos de contas, mesmo quando essas não tenham valor e força coercitiva.
- 17 Os responsáveis pelo controle interno poderão sofrer ação punitiva do Tribunal de Contas da União, caso não o cientifiquem de irregularidade ou de ilegalidade de que tomou conhecimento.

No que se refere ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), julgue os itens a seguir.

- 18 As garantias conferidas ao juiz de alta entrância podem ser estendidas a auditor de tribunal de contas.
- 19 Além de outras atribuições regimentais, compete ao conselheiro-corregedor instruir os processos administrativos disciplinares, precedidos, ou não, de sindicância.

Julgue os itens a seguir, relativos às decisões do TCE/RN.

- 20 Decisão que negue a aplicação de determinada lei devido ao fato de esta ter sido considerada inconstitucional deve ser acompanhada das razões que motivarem tal decisão por parte da Corte.
- 21 Na essência, as decisões sobre requerimentos e moções são monocráticas, ou seja, é facultativo ao conselheiro atrelar sua decisão ao aparato régio, ao passo que as decisões de origem colegiada de autoria do Pleno do Tribunal limitam-se aos casos que exigem fundamentação em dispositivo legal para sua plena conformidade.
- 22 Se uma proposição for julgada mediante votação simbólica, haverá adesão total ao voto do relator.

A respeito do poder constituinte e da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 23 Pelo princípio da unidade do texto constitucional, as cláusulas constitucionais devem ser interpretadas de forma a evitar contradição entre seus conteúdos.
- 24 O poder constituinte derivado decorrente permite a modificação de uma constituição por procedimento disciplinado pelo titular do poder constituinte originário.
- 25 A aplicação das normas programáticas é mediata, pois dependem de norma posterior que lhes desenvolva a eficácia e permita o exercício do direito nelas contido.

Acerca da organização do Estado brasileiro e da administração pública, julgue os seguintes itens.

- 26 Seria constitucional lei que considerasse falta funcional de servidor público não estável a adesão a movimento grevista, devido a eficácia limitada do dispositivo constitucional referente a greve de servidor público, segundo entendimento do STF.
- 27 O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, está ligado ao regime geral de previdência social, mas, ao servidor que ocupa cargo comissionado e cargo público efetivo na administração pública estadual simultaneamente, aplica-se o regime próprio do ente público a que está vinculado.
- 28 No âmbito da competência legislativa concorrente, inexistindo lei federal, os estados exercerão competência legislativa plena, mas eventual promulgação de lei federal dispendo sobre normas gerais tem o efeito de suspender a eficácia da legislação estadual sobre toda a matéria objeto da competência concorrente.
- 29 É motivo de intervenção de estado em município no seu território o não pagamento da dívida fundada, por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.

No que se refere à organização dos poderes, ao controle de constitucionalidade e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando entendimentos dos tribunais superiores.

- 30 Os atos do presidente da República que atentem contra a lei orçamentária são considerados crimes de responsabilidade, nos termos da CF, e devem ser julgados pelo Senado Federal.
- 31 Aos membros do Ministério Público junto a tribunal de contas estadual aplicam-se os mesmos direitos, vedações e formas de investidura dos promotores de justiça, uma vez que estão vinculados, em termos administrativos, ao respectivo Ministério Público estadual.
- 32 A admissibilidade de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional ou pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil depende de cumprimento do requisito de comprovação da pertinência temática da ação com a atividade de representação dessas entidades.
- 33 Nos processos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, em trâmite no Tribunal de Contas da União, são assegurados o contraditório e a ampla defesa na apreciação da legalidade do ato, quando da decisão puder resultar situação jurídica desvantajosa ao interessado.

A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, do sistema tributário nacional e das finanças públicas, julgue os próximos itens.

- 34 Situação hipotética:** Determinado município brasileiro criou, por legislação específica, uma autarquia, mantida com recursos municipais, cuja principal atribuição é administrar a oferta e a realização de eventos educacionais e culturais. **Assertiva:** Nessa situação, a referida autarquia é beneficiada pela imunidade tributária recíproca estabelecida pela CF entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios no que diz respeito ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados aos eventos na área de educação e cultura ou deles decorrentes.
- 35** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), de competência estadual, tem natureza necessariamente não cumulativa, e seletiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- 36** Segundo a CF, é vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional ou a órgão ou entidade que não seja integrante do sistema financeiro.
- 37** A decretação de estado de sítio pode importar na restrição de direitos fundamentais como o direito de reunião, de propriedade e de inviolabilidade da correspondência.

Com fundamento nas disposições constitucionais acerca da ordem econômica e financeira e da ordem social, julgue os itens que se seguem.

- 38** Os objetivos da seguridade social incluem a universalidade da cobertura e do atendimento, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.
- 39** As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sujeitas, nos termos da lei, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Tendo em vista que, segundo julgado do STJ, em avaliação de mandado de segurança, “não há ilegalidade na imediata execução de penalidade administrativa imposta em processo administrativo disciplinar a servidor público, ainda que a decisão não tenha transitado em julgado administrativamente”, julgue os itens subsequentes, a respeito de atos administrativos e do controle da administração pública.

- 40** Se, de processo administrativo disciplinar, resultar decisão de demissão, caberá pedido de reconsideração e recurso administrativo. O direito de recorrer administrativamente nesses casos prescreverá em até cento e vinte dias e o de ajuizar ação judicial questionando a legalidade do ato, em cinco anos.
- 41** A legalidade da imediata execução de penalidade administrativa pauta-se no fato de que os atos administrativos funcionam como títulos executivos e gozam de autoexecutoriedade, dispensando o trânsito em julgado da própria decisão administrativa, a menos que, excepcionalmente, seja deferido efeito suspensivo a recurso.

Na análise de contas de determinado estado da Federação no ano de 2012, o corpo técnico do tribunal de contas estadual (TCE) deparou-se com erro de cálculo de reajuste de precatório e outras possíveis irregularidades. O referido precatório foi reajustado de R\$ 17 milhões, montante da dívida calculado em 1997, para R\$ 165 milhões, em 2010. O refazimento do cálculo foi determinado pelo presidente do tribunal, mas o precatório não sofreu qualquer impugnação, mesmo diante do reajuste de mais de 1.000%. Por fim, foi selado termo de compromisso judicial para o pagamento parcelado de R\$ 85 milhões, o que ainda representava um reajuste superior a 500% do valor original. Ocorre que, segundo os cálculos realizados pelo TCE, o reajuste aplicado ao valor original alcançaria o montante de R\$ 72 milhões em lugar dos R\$ 165 milhões apontados pelo setor de precatórios do respectivo tribunal de justiça. A situação foi levada para o pleno do referido TCE para análise e decisão.

De acordo com a situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

- 42** Em caso de comprovação de irregularidades referentes a parcelas já pagas e enriquecimento ilícito de agentes públicos e terceiros, o presidente do TCE deverá requerer diretamente ao Poder Judiciário a indisponibilidade de bens dos envolvidos para assegurar o integral ressarcimento do dano.
- 43** O TCE, nas suas ações de controle, não tem legitimidade para suspender o pagamento, pois precatórios decorrem de decisão judicial, e a sua suspensão pelo TCE ofenderia o princípio de separação dos poderes.

Uma empregada terceirizada acusou seu superior hierárquico, servidor de órgão público, de que ele lhe teria tocado por trás e dado um beijo em sua nuca. Com base nessa afirmação, abriu-se uma sindicância investigativa para apurar o fato, mas a comissão sindicante concluiu que a situação não se enquadrava em qualquer falha funcional.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos diversos a ela correlatos, bem como de direitos e deveres e responsabilização administrativa de agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 44** Ordinariamente, a sindicância é procedimento administrativo inquisitório e nela não cabe contraditório nem ampla defesa, desde que não se converta em processo disciplinar principal que fundamente a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão.
- 45** Qualquer pessoa que presencie ou tome conhecimento de situação de assédio e de eventuais danos sofridos pela vítima, ainda que não seja servidor público, poderá levar a informação à administração pública para averiguação.
- 46** A denúncia em questão também não prosperaria no estado do Rio Grande do Norte, por não estar previsto o assédio sexual no rol de deveres e proibições aos servidores públicos desse estado.

Com referência a improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 47 A condenação por improbidade administrativa em caso de ilicitude em concurso público inclui o ressarcimento integral do dano causado pelo cancelamento do certame.
- 48 **Situação hipotética:** Determinado servidor público, técnico de informática, com o desejo de se destacar entre os demais colegas de setor, criou um novo *software* para a proteção de dados de concurso público. No entanto, como ele não detinha todos os conhecimentos necessários para a realização de tal empreitada, ocorreu vazamento de informações de provas por falha no funcionamento do referido *software*. **Assertiva:** Nessa situação, a ação do servidor configurou ato de improbidade administrativa porque frustrou a licitude de concurso público.

Em ação direta de inconstitucionalidade, a Procuradoria-Geral da República (PGR) provocou o Supremo Tribunal Federal a declarar a inconstitucionalidade de artigo da Lei n.º 8.906/1994 que dispunha sobre a possibilidade de os servidores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — até aquele momento considerados servidores públicos —, optarem pelo regime celetista, assegurando-lhes uma compensação de cinco vezes o valor da última remuneração quando da sua aposentadoria. A alegação da PGR foi de que o artigo feriria o princípio da moralidade administrativa, não se justificando o pagamento de indenização, e de que a OAB, por ser autarquia, só poderia contratar mediante concurso público, sendo-lhe vedada, como ente da administração pública indireta, a contratação via CLT.

Acerca da informação acima, julgue os itens seguintes.

- 49 Os conselhos profissionais, com exceção da OAB, têm personalidade jurídica de direito privado, detêm poder de polícia e gozam de imunidade tributária.
- 50 Por ter sido criada mediante lei específica, a OAB possui natureza de autarquia.

A respeito de responsabilidade civil do Estado por danos, abuso de poder e má gestão de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 **Situação hipotética:** Um ônibus de determinada concessionária de serviço público envolveu-se em acidente com vítima fatal, porém havia indícios de embriaguez da vítima, de que o condutor do ônibus atuara com diligência no momento do acidente e de que, no momento do acidente, o veículo trafegava com velocidade abaixo do máximo permitido na via. **Assertiva:** Nessa situação, a empresa de ônibus não precisará indenizar a família da pessoa que morreu no acidente, pois a pessoa jurídica de direito privado não responde com responsabilidade objetiva diante de danos causados a terceiros não usuários de serviços públicos.
- 52 Haverá responsabilidade objetiva do Estado quando seus agentes, ainda que fora do expediente do trabalho, praticarem atos com excesso, utilizando-se de sua condição funcional.

Determinada organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), escolhida pela prefeitura de certa cidade para a prestação de serviços em centro educacional, atrasou por dois meses os salários de seus empregados. Desconfiados de que as demais verbas trabalhistas não estavam sendo recolhidas, os empregados consultaram a Caixa Econômica Federal e o INSS e certificaram-se de que a organização não realizava os depósitos havia vários meses. A OSCIP, alegando que os repasses da prefeitura não estavam sendo realizados, deu aviso prévio aos empregados, mas não lhes pagou nenhuma verba trabalhista. Em decorrência, a prefeitura foi chamada a se responsabilizar pelo pagamento das verbas, visto que, segundo a defesa dos empregados, teria negligenciado sua função de fiscalização da OSCIP.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, a respeito de terceirização, serviços públicos e responsabilidade da administração pública.

- 53 Devido à inadimplência da contratada, a responsabilidade da administração será subsidiária se reconhecida sua omissão, como contratante, na fiscalização da execução do contrato — culpa *in eligendo* ou *in vigilando*.
- 54 A qualificação de OSCIP, a exemplo da entidade em questão, é destinada a pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos, habilitando-as a receberem delegação estatal para o desempenho de serviços sociais não exclusivos do Estado mediante incentivo do poder público e fiscalização deste.

O regime diferenciado de contratações públicas (RDC), previsto na Lei n.º 12.462/2011, foi chamado, à época de sua promulgação, de Lei da Copa, visto que seu principal objetivo era tornar mais céleres e menos burocráticos os procedimentos licitatórios que envolveriam vários eventos desportivos de cunho internacional, que demandariam uma série de grandes obras de infraestrutura para acolhimento dos jogos. A grande justificativa para a sua edição era o fim específico de dar pronta resposta a uma situação extraordinária e pontual, mas a sua incidência vem sendo ampliada com o tempo, levando ao questionamento da própria Lei n.º 8.666/1993, considerada, em algumas situações, obsoleta.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, a respeito do RDC.

- 55 O RDC tem sido criticado por algumas pequenas empresas porque restringe a celebração de termos aditivos a um âmbito de incidência menor que aquele delimitado pela Lei de Licitações, possibilitando que apenas empresas de grande porte assumam o risco do empreendimento.
- 56 A utilização do RDC abrange, atualmente, todas as licitações e contratos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios.

Acerca do controle da despesa pública com pessoal, julgue os próximos itens de acordo com a lei e a jurisprudência pertinentes. Nesse sentido, considere que a sigla LRF, sempre que empregada, se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 57 O percentual de despesa com pessoal que supere o limite máximo previsto na LRF deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes àquele em que foi apurado o excesso, sob pena de o estado-membro ficar impedido de receber transferências voluntárias.
- 58 Se a despesa total com pessoal da administração pública estadual superar o limite máximo previsto na LRF, a eliminação do percentual excedente poderá ser alcançada tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da realização de operações de crédito pelos estados.

- 59 As receitas de operações de crédito realizadas pelo estado em determinado exercício financeiro não podem superar o montante das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária do mesmo ano, ainda que existam créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo.
- 60 A União, para conceder garantia em operação de crédito celebrada por estado, pode exigir, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, estando o garantidor, porém, proibido de reter tais receitas com o propósito de liquidar dívida vencida que seja oriunda da operação.

Considerando as regras e os princípios relacionados à receita pública, à despesa pública e à execução orçamentária no Brasil, julgue os seguintes itens.

- 61 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro são proibidos se não houver prévia autorização legislativa, exceto no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, quando o objetivo for viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.
- 62 São despesas extraorçamentárias os desembolsos realizados tanto para pagamento das operações de crédito por antecipação de receita quanto para satisfação das dívidas inscritas em restos a pagar.
- 63 A legislação brasileira permite a aplicação de receitas oriundas da fruição de bens públicos no pagamento de juros da dívida pública e a utilização da receita da venda de bens e direitos do Estado para amortizar dívida pública.
- 64 No período de cento e oitenta dias que antecedem o final do mandato de um governador, é proibido a essa autoridade editar ato que gere aumento da despesa com pessoal. Nesse período, ele também estará impedido de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato que esteja em curso.

À luz da LRF e da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 65 Cabe aos tribunais de contas, no exercício de suas atribuições constitucionais e diante de suspeitas de irregularidades na concessão de empréstimos, financiamentos ou subvenções, requisitar diretamente às instituições financeiras oficiais, em caráter reservado, acesso às transações de potencial interesse ao controle externo dos atos da administração, como forma de aferir a sua economicidade e legitimidade.
- 66 A realização de transferência voluntária deve-se operar, sob pena de contrariedade à LRF, por meio de convênio que estabeleça, entre outros pontos, a previsão orçamentária de contrapartida do ente receptor da transferência e o compromisso de não utilizar os recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

Em relação ao instituto da imunidade tributária, julgue os itens a seguir.

- 67 Há entendimento do STF segundo o qual é extensível, em alguns casos, a imunidade recíproca às empresas públicas, sob o argumento central de que elas reinvestem seus ganhos ou lucros na própria atividade-fim.
- 68 A CF prevê a aplicação de imunidade tributária sobre contribuições sociais, e não somente sobre impostos.
- 69 A imunidade tributária visa preservar valores políticos, religiosos, sociais, econômicos e éticos da sociedade, com vistas a evitar que determinadas atividades sejam oneradas pela incidência dos tributos.
- 70 Há imunidade no que se refere às operações de transferência de imóveis desapropriados.

A respeito da compensação tributária, julgue os seguintes itens.

- 71 Lei estadual poderá prever que a compensação tributária seja utilizada pelo contribuinte devedor para abater créditos, ainda que vincendos, da fazenda pública.
- 72 Conforme o CTN, lei estadual não poderá autorizar que a compensação tributária abarque tributos de espécies distintas.
- 73 De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, é possível efetivar a compensação tributária a contribuinte devedor que tenha créditos, por meio de medida liminar obtida na esfera judiciária.
- 74 A utilização do instituto da compensação tributária nos estados e nos municípios depende de lei ordinária, estadual ou municipal.

Acerca das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens que se seguem.

- 75 Embora a União seja responsável pelos atos danosos praticados por seus agentes, sempre que estes, no exercício da função, agirem mediante dolo, ela não o é pelos atos culposos ou por aqueles originários de caso fortuito ou de força maior.
- 76 Devido ao fato de serem absolutamente incapazes, os menores de dezesseis anos de idade não são considerados sujeitos de direitos e de obrigações.

Com relação a bens, fato e negócio jurídico, julgue os itens seguintes.

- 77 Pessoa que formalizar negócio jurídico com indivíduo relativamente capaz e, posteriormente, arrepende-se da negociação poderá alegar a falta de capacidade do outro contratante para exigir a nulidade do negócio firmado.
- 78 A energia elétrica, considerada um bem móvel, é suscetível de apropriação alheia e passível de causar dano patrimonial.

Considerando determinada situação de agressão física de que tenha resultado incapacidade laboral, julgue os itens subsequentes.

- 79 Para efeito de indenização por danos materiais, a vítima pode exigir o pagamento dos lucros cessantes e das despesas com o tratamento médico até o fim de sua convalescença, além de pensão correspondente à remuneração pelo trabalho para o qual se inabilitou.
- 80 A vítima tem três anos para pleitear em juízo os danos de ordem material e moral decorrentes do ato criminoso.

Com referência a contratos e registros públicos, julgue os itens subsequentes.

- 81 Os registros que podem ser realizados no cartório de registro de imóveis incluem a instituição de bem de família, as penhoras, os arrestos e o sequestro de bens imóveis, e a sentença declaratória de usucapião de bens imóveis.
- 82 É legítima a cláusula contratual por meio da qual um contratante se compromete a cumprir obrigação em determinado prazo, de modo que, caso este faleça sem o cumprimento da referida obrigação, o credor estará autorizado a adjudicar bens pertencentes a esse contratante.

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito.

Comissão de Juristas – Senado Federal, PL n.º 166/2010, Exposição de motivos, Brasília, 8/6/2010.

Tendo como referência inicial o fragmento de texto anterior, adaptado da exposição de motivos do Novo Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir de acordo com a teoria geral do processo e as normas do processo civil contemporâneo.

- 83 De acordo com o entendimento do STF e do STJ, admite-se a ocorrência da litispendência entre um mandado de segurança e uma ação ordinária.
- 84 Na hipótese de uma ação judicial possuir como objeto a rescisão de contrato inadimplido, o interesse de agir estará configurado na satisfação do bem da vida vindicado, qual seja, a rescisão referida.
- 85 O princípio da cooperação processual se relaciona à prestação efetiva da tutela jurisdicional e representa a obrigatoriedade de participação ampla de todos os sujeitos do processo, de modo a se ter uma decisão de mérito justa e efetiva em tempo razoável.
- 86 Na hipótese de uma sociedade sem personalidade jurídica ser demandada em juízo, admite-se, como matéria de defesa, que ela oponha a própria irregularidade.

Considerando uma demanda hipotética na qual A busque a satisfação de seu crédito decorrente de uma obrigação por parte de B, julgue os itens a seguir.

- 87 Admite-se que o juiz julgue antecipadamente o pedido, proferindo sentença de improcedência por insuficiência de provas.
- 88 Na hipótese de B ser o estado do Rio Grande do Norte, a sentença não produzirá efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal de justiça, exceto se já houver orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio estado, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- 89 Caso os pedidos de A sejam julgados procedentes e a sentença condene B em quantia ilíquida, a liquidação poderá ocorrer tanto a requerimento de A quanto de B, sendo certo que se dará pelo procedimento comum quando houver a necessidade de alegar ou provar fato novo.
- 90 Proferida a sentença e interposto o adequado recurso perante o tribunal competente, caso haja a arguição incidente de controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão à turma ou à câmara à qual competir o conhecimento do processo, admitindo-se que, sendo o ato normativo federal, a União se manifeste, observados os prazos e as condições previstos no regimento interno do tribunal.
- 91 Se o pedido de A contrariar enunciado de súmula do STF e a demanda, pela sua própria natureza, dispensar a fase instrutória, o juiz determinará a citação de B e, após o prazo de quinze dias, com ou sem defesa, julgará improcedente o pedido.

Julgue os itens a seguir de acordo com o entendimento do STJ.

- 92 Em ação civil pública, não se admite o deslocamento de pessoa jurídica de direito público do polo passivo para o ativo.
- 93 É pacífico o entendimento de que não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- 94 Não se admite que o autor popular objetive a condenação de qualquer pessoa por ato de improbidade administrativa, porquanto a legitimidade para tanto pertence somente ao Ministério Público e à pessoa jurídica interessada, conforme disposto na Lei de Improbidade Administrativa.

Com relação às microempresas e aos empresários e empresas irregulares, julgue os itens a seguir.

- 95 A empresa que, durante dez anos consecutivos, não apresentar qualquer ato societário à respectiva junta comercial será considerada irregular, perdendo automaticamente o direito ao registro.
- 96 Sociedade empresária que não estiver devidamente inscrita não terá direito de autenticação de livros obrigatórios em junta comercial.
- 97 Se uma empresa for caracterizada como irregular, não terá ela o direito de requerer a falência de outra empresa que seja regular.
- 98 A empresa que se enquadrar no conceito de microempresa terá, à luz das disposições da Lei Complementar n.º 123/2006, benefícios do regime próprio dessa lei, neles incluídos a apuração e o recolhimento dos impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que não implica, todavia, qualquer alteração no cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas para outras empresas.
- 99 Para os efeitos da Lei Complementar n.º 123/2006, uma sociedade empresária e uma sociedade simples podem ser consideradas microempresas; esse conceito, todavia, não abrange a empresa individual de responsabilidade limitada nem o empresário individual de responsabilidade limitada.

Com base nas normas aplicáveis às sociedades em geral, julgue os itens que se seguem.

- 100 Em geral, um consórcio amparado pela Lei das Sociedades Anônimas não detém personalidade jurídica, todavia, a jurisprudência admite a sua capacidade negocial e judiciária.
- 101 Na incorporação de duas sociedades, as empresas originais deixarão de existir, assim como ocorre no instituto da fusão.
- 102 Na constituição de uma sociedade de propósito específico, deve-se eleger um dos tipos societários previstos em lei para essa finalidade, que não incluem, por exemplo, a sociedade em conta de participação.
- 103 Serão extintas duas sociedades que vierem a se fundir, assim como também serão extintos todos os direitos delas.
- 104 **Situação hipotética:** Determinada pessoa jurídica que depende fundamentalmente de autorização para o seu funcionamento perdeu definitivamente essa autorização. **Assertiva:** Nesse caso, dar-se-á o imediato cancelamento da pessoa jurídica.

Com relação à seguridade social e seu custeio, julgue os itens a seguir.

- 105 As contribuições para a seguridade social devidas pelo empregador podem ter alíquotas e bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva da mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- 106 De acordo com o princípio da seletividade, os objetivos constitucionais de bem-estar e justiça social devem orientar a escolha dos benefícios e dos serviços a serem mantidos pela seguridade social, bem como a concessão e a manutenção das prestações sociais de maior relevância.

A respeito da decadência, dos dependentes e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue os itens que se seguem.

- 107 De acordo com o STF, o prévio requerimento administrativo é, como regra, condição para o regular exercício do direito de postular em juízo a concessão de benefício previdenciário.
- 108 Conforme entendimento do STJ, caso ocorra o falecimento de segurado de regime previdenciário que detenha a guarda judicial de criança ou adolescente que seja economicamente seu dependente, será garantido ao menor sob guarda o benefício da pensão por morte, desde que ele tenha sido incluído no rol de dependentes previsto na lei previdenciária aplicável.

A respeito das disposições da Lei Complementar Estadual n.º 308/2005, da Lei Federal n.º 9.717/1998 e da previdência complementar, julgue os itens subsecutivos.

- 109 Os estados poderão constituir fundos integrados de bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária, sendo vedada a aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção dos títulos do governo federal.
- 110 Servidor público do estado do Rio Grande do Norte que for cedido para órgão ou entidade de outro ente da Federação permanecerá vinculado ao regime próprio de previdência do Rio Grande do Norte, independentemente de a cessão acarretar ônus para o cessionário.
- 111 Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos estados federados podem conceder benefícios distintos dos previstos no regime geral de previdência social.
- 112 Estado-membro poderá instituir regime de previdência complementar para os seus servidores efetivos por meio de lei complementar de iniciativa do respectivo poder executivo.
- 113 O segurado inativo do regime próprio de previdência social do estado do Rio Grande do Norte que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal manter-se-á filiado a este regime.

Julgue os itens a seguir, referentes à lei penal no tempo e no espaço e aos princípios aplicáveis ao direito penal.

- 114 **Situação hipotética:** João, brasileiro, residente em Portugal, cometeu crime de corrupção e de lavagem de dinheiro no território português, condutas essas tipificadas tanto no Brasil quanto em Portugal. Antes do fim das investigações, João fugiu e retornou ao território brasileiro. **Assertiva:** Nessa situação, a lei brasileira pode ser aplicada ao crime praticado por João em Portugal.
- 115 A revogação de um tipo penal pela superveniência de lei descriminalizadora alcança também os efeitos extrapenais de sentença condenatória penal.

Em relação aos crimes contra a fé pública bem como à aplicação das penas, julgue os itens que se seguem.

- 116 Segundo o STJ, tanto os inquéritos policiais quanto as ações penais sem trânsito em julgado podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
- 117 De acordo com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ, não pratica o crime de falsa identidade o agente que, no momento da prisão em flagrante, atribuir para si falsa identidade, visto que essa é uma situação de autodefesa.

A respeito dos crimes contra a administração pública e do crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores, julgue os próximos itens.

- 118 A conduta de apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-las em proveito próprio ou alheio, tipificada na lei que regula os crimes de responsabilidade dos prefeitos, é crime próprio, o qual somente pode ser praticado por prefeito, admitindo-se, contudo, conforme o STF, participação.
- 119 Segundo o entendimento do STJ, é desnecessária a constituição definitiva do crédito tributário por processo administrativo-fiscal para a configuração do crime de descaminho.

A respeito dos crimes de lavagem de dinheiro e de abuso de autoridade, julgue os itens subsequentes.

- 120 Conforme o entendimento do STJ, ao acusado de crime de abuso de autoridade pode ser feita proposta de transação penal.
- 121 De acordo com a jurisprudência do STJ, o delito de lavagem de dinheiro absorve a infração penal antecedente.
- 122 A lei brasileira que criminaliza a lavagem de dinheiro classifica-se como de terceira geração, pois admite que o delito de lavagem de dinheiro pode ter como precedente qualquer ilícito penal.

Considerando o modelo IS-LM, julgue os itens a seguir, a respeito dos efeitos decorrentes de políticas monetária e fiscal.

- 123 Combinar uma política de contração fiscal com uma expansão monetária é uma das formas de se evitar a diminuição do produto interno bruto nas situações em que é necessária a diminuição do déficit orçamentário.
- 124 Se o Banco Central do Brasil promover uma redução da taxa de depósitos compulsórios mantidos pelos bancos, ocorrerá elevação da taxa de juros.
- 125 A política de expansão monetária combinada com aumento de impostos resulta em aumento da taxa de juros.

No que se refere a falhas de mercado, julgue os itens que se seguem.

- 126 O fato de um grande número de pessoas não contratar seguro para seus automóveis justifica o valor elevado da franquia cobrada dos indivíduos que contratam esse tipo de serviço.
- 127 A competição entre estados brasileiros para atrair investimentos por meio da oferta de vantagens para que determinada empresa instale fábricas em seu território é uma intervenção na economia, caracterizada como uma falha de mercado denominada risco moral, que influencia a alocação eficiente dos recursos.
- 128 Situações em que empresas de planos de saúde firmem contratos com clientes que não informam que possuem doenças preexistentes e, por isso, estão mais propensos a utilizar os serviços do plano são caracterizadas como situação de seleção adversa.

Acerca dos conceitos básicos das identidades macroeconômicas, julgue os itens subsequentes.

- 129 O crescimento real da economia pode ser aferido pela variação nominal do produto interno bruto, e os gastos governamentais, em sua composição, devem desconsiderar as transferências governamentais.
- 130 Os salários de brasileiros que trabalham nos Estados Unidos da América são contabilizados no produto nacional bruto.

Acerca da análise macroeconômica, julgue o próximo item.

- 131 Na década de 60 do século passado, os debates entre keynesianos e monetaristas focavam três assuntos principais: eficácia da política monetária *versus* política fiscal; curva de Phillips; e função da política econômica.

Considere, em uma economia, as seguintes funções:

$C = 500 + 0,7Y_d$; $I = 20 + 0,1Y$; $G = 1.000$; $X = 150$; $M = 100 + 0,06Y$; $T = 60 + 0,2Y$, em que C representa o consumo das famílias; Y_d , a renda disponível; I , o investimento; Y , o produto; G , os gastos do governo; T , a tributação; X , a exportação de bens e serviços não fatores; e M , a importação de bens e serviços não fatores.

A partir dessas informações, julgue o item subsequente considerando que os valores das funções são expressos em unidades monetárias (u.m.).

- 132 Nessa situação, em um modelo keynesiano simples, a renda de equilíbrio será superior a 4.000 u.m.

No que se refere a capitalização, taxa de juros nominal e taxa de juros equivalente, julgue os itens subsequentes.

- 133 Se um investidor tiver como opções de investimento um título do tesouro com vencimento para os próximos 12 meses e rentabilidade de 16% ao ano e um CDB com rentabilidade de 7,8% ao semestre, ele deverá escolher o título do tesouro, visto que este apresentará melhor rendimento ao final de 12 meses.
- 134 Considerando-se que, de acordo com o IBGE, a variação do IPCA, em janeiro, fevereiro e março de 2015, foi, respectivamente, de 1,24%, 1,22% e 1,33%, é correto afirmar que a inflação acumulada no período será expressa por $[(1,0124 \times 1,0122 \times 1,0133) - 1] \times 100\%$.

No que se refere ao sistema de regulação por incentivos, julgue o próximo item.

- 135 O setor elétrico brasileiro utiliza o modelo de precificação do tipo *peak load pricing* para incentivar a redução do consumo de energia nos horários de alta demanda.

Tendo em vista que o resultado fiscal do governo avalia o desempenho fiscal da administração pública em um determinado período de tempo, geralmente dentro de um exercício financeiro, ou seja, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, julgue o item que se segue, relacionado a necessidades de financiamento do setor público (NFSP).

- 136 O critério de apuração do resultado “abaixo da linha” leva em consideração o desempenho fiscal do governo mediante a apuração dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias em determinado período.

Acerca de modelos e conceitos relacionados à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 137 A classificação de autarquias e fundações em agências executivas aprimora mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados apresentados por essas instituições.
- 138 A participação social está entre as formas de se promover centralização do processo decisório, pois cada ator social toma decisão a respeito do que lhe cabe.
- 139 O aspecto regulador do Estado vai além de aspectos econômicos, abrange também questões relativas à saúde, ao meio ambiente e à segurança.

Julgue os itens seguintes a respeito de planejamento e avaliação das políticas públicas.

- 140 O uso da economicidade como indicador de desempenho visa estabelecer o grau com que o programa atinge as metas e os objetivos traçados.
- 141 Obstáculos institucionais, como a existência de grupos sociais fortes, podem ser barreiras à formulação eficaz de uma política pública.
- 142 A análise custo-efetividade exige a monetarização dos impactos causados pela política pública.
- 143 Para simplificar o processo de avaliação dos programas de governo, deve ser único e exclusivo o indicador de desempenho de cada programa.

Julgue os próximos itens, relativos ao planejamento estratégico e seus instrumentos.

- 144 Na última fase do ciclo PDCA, coloca-se em prática o que foi planejado na primeira etapa, de modo a capacitar a organização e executar as tarefas propostas.
- 145 A matriz SWOT, como ferramenta de análise do macroambiente da organização, visa o reconhecimento de oportunidades e ameaças pelas quais as organizações têm pouca ou nenhuma capacidade de intervenção.
- 146 O BSC (*balanced scorecard*) é uma ferramenta que orienta o processo decisório de uma organização.

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

- 147 As necessidades financeiras das unidades organizacionais são consideradas na elaboração do orçamento denominado clássico ou tradicional.
- 148 Para a execução do orçamento-programa, as classificações das ações de governo devem ser uniformes em todos os entes federativos.
- 149 Se determinado órgão público realizar operação de crédito, sem oferecer como garantia sua receita futura, e receber recursos não previstos no orçamento em decorrência dessa operação, os ingressos serão classificados como receita orçamentária.
- 150 A intervenção do Estado na economia justifica-se quando há segmentos do mercado em que produtos somente podem ser ofertados mediante investimentos de grande porte, com longos prazos de retorno e custos marginais muito baixos.

Julgue os itens que se seguem, relativos a documentos, instituições e técnicas disponíveis para a administração orçamentária.

- 151 De acordo com a classificação funcional da despesa pública, são consideradas ações as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação, bem como as transferências a pessoas físicas e jurídicas na forma de subsídios.
- 152 A elaboração do projeto de lei orçamentária anual é iniciada e controlada pelo órgão central do sistema de administração financeira federal.
- 153 Se os órgãos públicos da União realizarem limitação de empenho em decorrência de frustração de receita anteriormente verificada, e se a arrecadação presente demonstrar restabelecimento das metas previstas na lei orçamentária, a recomposição das dotações deve ser feita de acordo com critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- 154 Para efeito do cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pelas unidades de planejamento, consideram-se empresas estatais as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, e as demais empresas de cujo capital social a União participe com direito a voto, independentemente do percentual de participação.
- 155 Os critérios para limitação do empenho são válidos somente no exercício financeiro para o qual foram instituídos.

Com base nas normas instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 156 O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União deve restringir-se às contas prestadas pelo presidente de República.
- 157 Se determinado órgão público for autorizado por lei específica a destinar recursos à cobertura de déficits de pessoas jurídicas por meio de operações de crédito e, posteriormente, for verificada a necessidade de prorrogação dos empréstimos concedidos, tal prorrogação somente poderá ocorrer se estiver prevista em lei específica.

Com relação aos princípios, às normas, às teorias e às práticas contábeis vigentes, julgue os itens que se seguem.

- 158 A existência de saldo total de passivo maior que o saldo total de ativo configura que o direito dos sócios é negativo.
- 159 Em uma empresa que faz controle por inventário permanentemente, a contabilização realizada no ato da compra de mercadorias a prazo, com juros identificáveis e embutidos, gera um fato contábil modificativo.
- 160 Um lançamento contábil é composto por, pelo menos, um débito e um crédito.
- 161 No momento da aquisição de um bem financiado, a origem do recurso é registrada em uma conta de natureza credora, e a aplicação, em uma conta do ativo.
- 162 A essência sobre a forma é conceito indispensável para o cumprimento da característica qualitativa da representação fidedigna, ao passo que a prudência, por ser inconsistente com a neutralidade, é incompatível com a representação fidedigna.

A respeito de demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

- 163 A demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia, de forma analítica, as modificações ocorridas no patrimônio líquido, sendo, para fins de publicação, vedada a sua sumarização.
- 164 É recomendável que os juros sobre o capital próprio e os dividendos pagos sejam classificados, na demonstração dos fluxos de caixa, como fluxo das atividades de financiamento.
- 165 Em condições específicas, observada a essência sobre a forma, uma ação preferencial resgatável poderá constituir um passivo — no emissor — e uma debênture poderá ser classificada, também pelo emissor, como um item de patrimônio líquido.
- 166 A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deve evidenciar os efeitos das mudanças de critérios contábeis, como acréscimos e reduções do resultado acumulado e os juros sobre o capital próprio e dividendos, como redutoras do resultado.

No que se refere às normas e procedimento de auditorias, julgue os seguintes itens.

- 167 As exigências relevantes expressas em NBC-TA são de cumprimento obrigatório por todo profissional de auditoria.
- 168 Na impossibilidade de emissão de parecer com ressalva, é facultado ao auditor emitir parecer adverso caso verifique que as demonstrações contábeis estejam incompletas.

Julgue os próximos itens, relativos ao retorno sobre o capital investido.

- 169 O valor econômico agregado, que representa o lucro residual de uma empresa, apresentará valor positivo quando o lucro operacional líquido depois dos impostos for maior que o custo médio ponderado de capital.
- 170 O grau de alavancagem financeira de uma empresa é maior do que 1,0 quando o retorno dos seus ativos supera o custo para remunerar o capital proveniente de terceiros.

Balanco patrimonial da Cia. ABC (em milhares de R\$)

ativo	2013	2014	passivo	2013	2014
circulante	8.000	9.000	circulante	4.000	6.000
disponível	250	300	contas a pagar	2.500	2.900
valores a receber	3.250	3.700	empréstimos	1.500	3.100
estoques	4.500	5.000	não circulante	13.000	22.000
			exigível a longo prazo	5.000	10.000
não circulante	9.000	19.000			
realizável a longo prazo	2.000	4.000	patrimônio líquido	8.000	12.000
imobilizado	7.000	15.000			
total	17.000	28.000	total	17.000	28.000

Com base na tabela acima, que apresenta o balanço patrimonial da companhia hipotética ABC, julgue os itens a seguir.

- 171 Embora tenha apresentado índices menores em relação a 2013, a capacidade de pagamento de curto prazo da Cia. ABC, em 2014, ainda apresentava uma situação positiva, o que sinaliza que a empresa não dependia da venda dos seus estoques para honrar as obrigações de curto prazo assumidas com relação a terceiros.

- 172 O índice de liquidez geral da empresa, assim como o indicador que revela a relação existente entre capital de terceiros e capital próprio, é maior do que 1,0 nos dois períodos contábeis.

- 173 A análise vertical permite concluir que a representatividade dos estoques nos investimentos totais da empresa foi, nos dois períodos contábeis, superior a 30%.

- 174 Se a empresa conseguir negociar com os credores a transformação de dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo, os índices de liquidez corrente e liquidez seca dessa empresa aumentarão, enquanto seu índice de liquidez geral não sofrerá alteração.

- 175 Por meio da análise horizontal, que permite a avaliação de tendência, é correto concluir que as obrigações de longo prazo tiveram um crescimento, desconsiderando a inflação, de 100% de um ano para o outro.

De acordo com as normas técnicas de auditoria estabelecidas nas normas brasileiras de contabilidade (NBC-TA), julgue os itens seguintes.

- 176 Se o auditor não obtiver evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que inexistem distorções relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto, ele não deverá modificar sua opinião no relatório de auditoria.

- 177 Entre as formas de obtenção de evidência de auditoria inclui-se a execução de procedimentos analíticos, os quais podem ser utilizados para indicar os elementos patrimoniais relevantes e as variações significativas observadas nos saldos desses elementos ao longo do tempo.

- 178 A suficiência e a adequação são características essenciais da evidência de auditoria. A suficiência é uma medida da quantidade de evidência necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor, ao passo que a adequação está relacionada à qualidade da evidência de auditoria e considera a relevância e a confiabilidade da evidência para dar suporte às conclusões do auditor.

Caso o presidente do TCE/RN determine que seja calculado o custo da Ouvidoria do órgão,

- 179 os gastos relativos a serviços de limpeza contratados especificamente para a Ouvidoria representarão custos diretos.

- 180 os vencimentos dos servidores administrativos do referido centro de custos serão considerados custos indiretos, uma vez que esses servidores realizam diversas atividades no âmbito da Ouvidoria.

Empresa pública de tecnologia da informação sujeita à Lei n.º 6.404/1976 presta serviços de desenvolvimento de sistemas informatizados ao TCE/RN por meio do método de custeio por absorção para determinar o custo de desenvolvimento das soluções de tecnologia. A diretoria de desenvolvimento da empresa finalizou três sistemas administrativos desenvolvidos no período, os quais pretende entregar ao seu cliente: Sistema de Controle de Contratações (SISCON), Sistema de Controle de Auditorias (SISAUD) e Sistema de Controle de Processos (SISPROC). Dessa forma, a gerência de contabilidade da empresa deve apurar o custo de cada um dos sistemas. Os custos indiretos são alocados com base nas horas de mão de obra direta.

As ordens de serviço acumulam os seguintes custos.

ordem de serviço	sistema	custos diretos (R\$)	indiretos (R\$)	quantidade de horas diretas de mão de obra
1	SISCON	180.000	400.000	2.000
2	SISAUD	150.000	350.000	1.500
3	SISPROC	150.000	300.000	1.500
totais		480.000	1.050.000	5.000

Os seguintes itens de gastos (custos e despesas), relativos ao mês de dezembro do período, estão pendentes de contabilização e ainda não foram alocados às ordens de serviço.

gastos	valores (R\$)
vigilância e limpeza das instalações da diretoria	30.000
multas pagas por descumprimento de prazos contratuais	5.000
salário do diretor	50.000
jornais, revistas e livros	1.000
telefone e Internet	1.000

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

181 Os custos indiretos do SISCON e do SISAUD somam R\$ 809.500.

182 O custo total dos sistemas desenvolvidos é igual a R\$ 1.615.000.

Em relação ao custeio baseado em atividades (ABC) e aos métodos de custeio por absorção e variável ou direto, julgue os seguintes itens.

183 Os direcionadores de custos de recursos servem para custear as atividades, enquanto os direcionadores de custos de atividades são adequados para custeamento de produtos.

184 O método de custeio variável ou direto é, em alguns casos, incompatível com os princípios de contabilidade. Todavia, ele pode ser utilizado pela companhia no decorrer do exercício, desde que, ao final, sejam realizados lançamentos de ajuste para adequá-lo ao custeio por absorção.

185 O ABC visa à diminuição das distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos, não sendo recomendável sua utilização para o tratamento dos custos diretos, como mão de obra, por exemplo.

Acerca da terminologia de custos utilizada em entidades não industriais, julgue o item a seguir.

186 Situação hipotética: A empresa Alfa desenvolve soluções de tecnologia da informação e, para atender a demanda de um cliente, subcontratou serviços da empresa Beta. O pagamento da empresa Alfa para a empresa Beta foi realizado em três parcelas. **Assertiva:** Nessa situação, ocorreu desembolso, em função dos pagamentos, e investimento, considerando-se os benefícios atribuíveis a futuros períodos.

Julgue os seguintes itens, com base nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a escrituração e consolidação das contas públicas.

187 Para fins de disponibilidade de caixa, os recursos vinculados a uma despesa obrigatória devem ser identificados e escriturados de forma individualizada.

188 Quando envolverem demonstrações conjuntas, as operações intergovernamentais devem ser excluídas para que não sejam computadas em duplicidade.

Julgue o próximo item, com relação aos instrumentos de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

189 Conforme macrofunção pertinente do SIAFI, os titulares das unidades gestoras podem indicar operadores para efetuar a conformidade documental que esteja sob sua responsabilidade.

Na entidade governamental hipotética X, foram registradas no primeiro exercício financeiro, já encerrado, as seguintes transações governamentais:

- ▶ aprovação da lei orçamentária anual, com receitas previstas e despesas fixadas no valor de R\$ 130.000;
- ▶ arrecadação de impostos no valor de R\$ 70.000;
- ▶ recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 80.000;
- ▶ compra de veículo à vista no valor de R\$ 32.000, com recebimento imediato do bem;
- ▶ contabilização de folha de pessoal no valor de R\$ 60.000, sendo 60% pagos no exercício e 40% inscritos em restos a pagar.

Considerando as informações e os dados apresentados, relativos à entidade governamental hipotética X, julgue os itens a seguir, concernentes à elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

190 O balanço financeiro da entidade X deve apresentar registro de despesa orçamentária relativa a folha de pessoal no valor de R\$ 36.000, referente ao montante pago no exercício.

191 No balanço orçamentário da entidade X, o resultado orçamentário do exercício teve déficit no valor de R\$ 22.000.

192 Na demonstração das variações patrimoniais da entidade X, deve constar uma mutação patrimonial ativa no valor de R\$ 80.000, correspondente ao imóvel recebido em doação.

Relativamente à estrutura e composição do relatório de gestão fiscal (RGF) e às competências do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens que se seguem.

- 193** Cabe ao órgão central do Sistema de Contabilidade Federal prestar suporte técnico aos órgãos municipais para melhoria da qualidade do processo organizacional da gestão contábil.
- 194** Por serem, na prática, empréstimos que os entes públicos fazem para suprir necessidades momentâneas de caixa, as antecipações de receitas orçamentárias não compõem o RGF.

Com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC T SP 16.10, que trata da avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, julgue os itens subsequentes.

- 195** Devem ser evidenciados em notas explicativas os critérios de avaliação dos ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.
- 196** O valor histórico deve ser utilizado como base de mensuração no caso de deterioração física parcial dos estoques.

Acerca do relacionamento entre o regime orçamentário e o regime contábil e considerando o **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**, julgue os próximos itens.

- 197** Ainda que o fato gerador da obrigação exigível ocorra antes do empenho da despesa orçamentária, deve ser apropriada uma variação patrimonial diminutiva.
- 198** Em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade, deve haver o reconhecimento da receita orçamentária em função do fato gerador, independentemente do momento de sua arrecadação.

Julgue os itens que se seguem, relativos à competência dos órgãos e unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal.

- 199** Os órgãos e unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal devem monitorar o Tribunal de Contas da União no momento da realização de auditoria na gestão de recursos públicos federais sob a responsabilidade de entidades do setor privado.
- 200** Cabe aos órgãos e às unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal a avaliação de desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal.

Espaço livre